

AÇÕES DE ENFERMAGEM EM ESCOLAS ESTADUAIS: PREVENÇÃO DE EXCESSO DE PESO EM ADOLESCENTES

Caroline Evelin Nascimento Kluczynik Vieira¹; Bertha Cruz Enders²; Iasmim Caroline Gomes Silva³; Lianne Alves de Azevedo⁴; Janielle Pereira Abel⁴

Introdução: Espera-se que o enfermeiro que atue na Atenção Primária em Saúde (APS) contribua em um conjunto de ações de saúde, desenvolvidas por meio do exercício de práticas gerenciais e sanitárias, dirigidas a populações de territórios bem delimitados. Uma das estratégias é a atenção à saúde do adolescente, entre outras atividades, através do acompanhamento do crescimento e desenvolvimento.¹ São ações referendadas pelo Programa Saúde na Escola (PSE), cuja primeira meta é avaliar as condições de saúde dos escolares, através da classificação do estado nutricional e identificação de hipertensão e diabetes. Ênfase tem sido dada ao excesso de peso, devido sua crescente prevalência, que atualmente é de 21,7% nos rapazes e 19,4% nas garotas.² Essa é uma doença crônica, caracterizada pelo aumento do tecido adiposo resultante do balanço positivo de energia na ingesta calórica e sua etiologia é multifatorial, influenciada por fatores biológicos, psicológicos e sociais. Causa diminuição na expectativa de vida, aumento de risco para doenças cardiovasculares, depressão, baixa estima e isolamento social. Diante desse problema, visando atender especialmente os adolescentes que não tem o hábito de frequentar os serviços de saúde para fins preventivos, foi lançado em 2008 o PSE, cuja primeira meta é avaliar as condições de saúde dos escolares, através da classificação do estado nutricional e identificação de hipertensão e diabetes. Essa avaliação é de responsabilidade do enfermeiro da Unidade Básica de Saúde (UBS) que abranja escolas em seu território.³ O presente estudo aborda o problema da prática de enfermagem junto ao adolescente no ambiente escolar, uma vez que o excesso de peso é um Diagnóstico de Enfermagem (DE) da Classificação Internacional para a Prática de Enfermagem (CIPE®).⁴ Considerou-se adolescente aquele na faixa etária de 12 a 18 anos.⁵ O estudo se justifica pelo potencial de oferecer subsídios para a (re)formulação de ações de saúde pública destinadas a garantir saúde e melhor qualidade de vida para os adolescentes; bem como planejar a assistência de saúde na escola, voltada para às reais necessidades.

¹ Mestranda em Enfermagem pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

² Professora Doutora do Programa de Pós-graduação em Enfermagem da UFRN.

³ Graduanda em Enfermagem pela UFRN. E-mail: carolgomes93@hotmail.com

⁴ Graduandas em Enfermagem pela UFRN.

Objetivos: identificar ações de enfermagem realizadas em escolas estaduais para a prevenção do DE excesso de peso em adolescentes. **Descrição metodológica:** Estudo transversal, desenvolvido entre março e junho de 2013, com 372 adolescentes estudantes de escolas estaduais de Natal/RN. Para o cálculo amostral, considerou-se: o valor de 16,5%, que representa a prevalência de adolescentes com excesso de peso no Nordeste⁽²⁾; a população de 27.377 adolescentes matriculados na rede estadual de ensino do município; e o limite de erro, que satisfaz 0,95. A amostra foi composta por 372 adolescentes. Esse total foi estratificado pelas quatro zonas (Norte, Sul, Leste e Oeste). Para seleção dos adolescentes, foram sorteadas duas escolas de cada zona. O número da subamostra de cada zona foi dividido nas duas escolas; em cada uma delas, uma turma foi sorteada; todos da turma foram convidados a participar, momento em que se entregou o Termo de Compromisso Livre e Esclarecido (TCLE) para apresentação aos pais. Não atingindo o número pré-estabelecido em cada escola, uma segunda turma era sorteada; excedendo o número de alunos, era admitido à pesquisa apenas o equivalente ao calculado na amostra. Os critérios de inclusão foram ter entre 12 e 18 anos e estar matriculado em escolas estaduais da cidade do estudo. O critério de exclusão foi não comparecer no dia indicado para a coleta de dados. Os adolescentes responderam a um formulário contendo questões fechadas relacionadas ao perfil sociodemográfico e às ações de saúde desenvolvidas na escola, de modo geral e para prevenção do excesso de peso, apenas uma questão foi aberta, na qual o adolescente sugeriu ações de saúde a serem desenvolvidas por enfermeiros. Os dados foram tabulados e analisados no IBM SPSS[®] 19.0 por meio de estatística descritiva. O TCLE foi assinado pelos pais/responsáveis. O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), CAAE 10200812.0.0000.5537. **Resultados:** Prevaleceram indivíduos do sexo feminino (72%), pardos (74%), com renda familiar inferior a dois salários mínimos (46%), entre quatro e sete moradores na residência (63,7%) e com mães com ensino fundamental incompleto (35%). A maioria afirmou que não recebeu orientação na escola sobre prática de atividade física e/ou alimentação saudável (52%). Dentre os que receberam tais informações, foram orientados por: professor da escola (87%), enfermeiro da universidade (10%) ou agente comunitário de saúde (3%). Todos os adolescentes afirmaram que na escola não havia acompanhamento do crescimento e desenvolvimento através de medição de peso e estatura. Sobre a temática excesso de peso apenas 9% informaram ter assistido palestra na escola, ministrada por enfermeiro da universidade (57%) ou professor da escola (43%). O

desenvolvimento de ações de saúde na escola foi classificado por 96% como muito importante. Os adolescentes sugeriram as seguintes temáticas para o desenvolvimento de ações de saúde por enfermeiros e que estão fazendo falta na escola: distúrbios alimentares com ênfase na alimentação saudável (53%), estímulo a prática de atividade física (17%), higiene (9,5%), atividades para prevenção de DST, HIV e gravidez (7%), prevenção de doenças transmitidas por bactérias e vírus (5,5%), drogas (4%) e apenas 4% não souberam fazer sugestões. **Conclusão:** Identificou-se a ausência, nas escolas estaduais participantes, de ações de saúde preconizadas pelo PSE. As ações se restringiram a palestras ministradas por enfermeiros da universidade e por professores da própria escola. Observou-se que os adolescentes sentem necessidade da atuação de enfermeiros e compreendem que a enfermagem pode contribuir com ações de saúde na escola, principalmente através de atividades relacionadas à identificação/prevenção/intervenção de distúrbios alimentares com ênfase na alimentação saudável e combate ao sedentarismo. **Contribuição para a Enfermagem:** Foi diagnosticada uma carência nas escolas participantes quanto às ações de saúde. O PSE que tem como proposta incluir profissionais de saúde, inclusive o enfermeiro, no ambiente escolar, infelizmente ainda não é uma realidade. Assim, através do presente estudo os enfermeiros podem conhecer que suas atividades na escola são classificadas como importante pelos próprios adolescentes e quais temáticas prioritárias eles julgaram necessárias.

Descritores: Enfermagem; Adolescente; Estado nutricional.

Eixo: Formação em Enfermagem e o cenário atual do trabalho em saúde nacional e internacionalmente: discrepância entre o desejo da competência profissional e a demanda do mercado de trabalho

Área temática: Integração Ensino Serviço – Quando o Trabalho e a Escola se integram

Referências

1. Campos RMC, Ribeiro CA, Silva CV, Saporoli ECL. Consulta de enfermagem em puericultura: a vivência do enfermeiro na Estratégia Saúde da Família. REEUSP. 2011;45(3):566-74.
2. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009: despesas, rendimentos e condições de vida. Rio de Janeiro: IBGE; 2010.
3. Ministério da Saúde (Brasil). Saúde na Escola. [Internet] Portal da Saúde. [Acesso em 2012 Mar 3] Disponível em: <http://portal.saude.gov.br/portal/saude/profissional/visualizar_texto.cfm?idtxt=29109>.
4. Classificação Internacional para a Prática de Enfermagem (CIPE). CIPE® 2.0 Browser para consulta. [Internet] 2011 [acesso em 2013 Mar 10]. Disponível em: <<http://www.ordemenfermeiros.pt/browserCIPE/BrowserCIPE.aspx>>.



EDUCAÇÃO EM ENFERMAGEM: QUALIDADE, INOVAÇÃO E RESPONSABILIDADE



06 a 08 de agosto de 2014

Maceió - Alagoas

5. Brasil. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, DF, 16 jul. 1990, p.13563.